

# É isto um homem novo?

---

Adilson Fernando Franzin\*

## Resumo

O presente estudo propõe desmistificar, por meio do universo romanesco moçambicano, o “homem novo” imposto pelo governo socialista de Samora Machel, em fins de 1970 e início de 1980, à época, líder da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e aclamado primeiro presidente do período pós-independência. Dessa forma, os romances de João Paulo Borges Coelho e Ungulani Ba Ka Khosa, nomeadamente, *Campo de Trânsito* (2007) e *Entre as Memórias Silenciadas* (2013) serão cotejados a fim de elucidar práticas políticas complexas, as quais, conforme a letra desses dois escritores, em muito se assemelharam a um velado estado de exceção. Nesse sentido, *É isto um homem?* – relato contundente de Primo Levi sobre a realidade atroz dos campos de concentração em Auschwitz – servirá de contraponto para uma reflexão de como a literatura moçambicana pode colmatar os interstícios de tempos sombrios ao operar nos limites entre ficção, história e testemunho.

**Palavras-chave:** romance moçambicano, homem novo, Ungulani Ba ka Khosa, João Paulo Borges Coelho

---

\* Doutorando em Études Portugaises na Universidade Paris-Sorbonne (Paris IV) em cotutela com a Universidade de São Paulo (USP). Membro do Centre des Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains – CRIMIC. Seu projeto de tese se intitula “L’univers romanesque mozambicain : les limites entre fiction et histoire”. E-mail : adfranzin@yahoo.com.br

## Résumé

La présente étude vise à démystifier l'« homme nouveau » imposé par le gouvernement socialiste de Samora Machel à la fin des années 1970 et au début des années 1980, à l'époque dirigeant du Frelimo (Front de libération du Mozambique) et acclamé premier président de l'après-indépendance. De cette façon, les romans de João Paulo Borges Coelho et Ungulani Ba Ka Khosa, à savoir *Campo de Trânsito* (2007) et *Entre as memórias Silenciadas* (2013), seront examinés afin d'élucider des pratiques politiques complexes qui se sont approchées d'un état d'exception voilé. En ce sens, *É isto um homem?*(1988) – le récit lancinant de Primo Levi sur la réalité atroce des camps de concentration d'Auschwitz – servira de contrepoint à une réflexion sur la manière dont la littérature mozambicaine peut combler les interstices des périodes sombres en opérant dans les limites entre fiction, histoire et témoignage.

**Mots-clés : roman mozambicain, homme nouveau, Ungulani Ba Ka Khosa, João Paulo Borges Coelho**

## Introdução

No âmbito das literaturas africanas de língua oficial portuguesa é cada vez maior o interesse por Moçambique, uma vez que a pluralidade de linguagens e temas multifacetados ultrapassam o espaço africano para se apresentarem paulatinamente como uma literatura de alcance universal, a qual não raro aumenta a espessura e complexidade das experiências humanas. Sob o signo das guerras, traumas históricos de um passado que insiste em incidir no presente e na identidade de suas gentes se configuram como um substrato privilegiado no amálgama literário moçambicano. Com efeito, se a frieza do discurso historiográfico por vezes não pode atender às subjetividades estilhaçadas em inúmeros contextos bélicos, à literatura cabe o papel de perquirir e humanizar tais situações que, ao fim e ao cabo, revelam muito mais que o anonimato transformado em números e estatísticas.

À revelia da velha distinção aristotélica<sup>1</sup> entre o “historiador” e o “poeta”, isto é, entre o que aconteceu e o que poderia ter acontecido, Ungulani

---

<sup>1</sup> Aristóteles, *Poética*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p. 54.

Ba Ka Khosa e João Paulo Borges Coelho são aprioristicamente a matéria híbrida de dois seguimentos das ciências humanas, tendo ambos a formação em História. Os dois autores tendem a agudizar a íntima relação que a literatura mantém com a História de Moçambique. Em vista disso, ambos romances, *Campo de Trânsito* e *Entre as Memórias Silenciadas*, esforçam-se para recuperar a memória de um passado silenciado ao denunciar as mazelas políticas de tempos obscuros e de um velado estado de exceção propiciado, sobretudo, pela desenfreada excitação do país ao ver-se livre do jugo colonial, a partir de 1975. Logo, através do resgate de uma memória despedaçada pelas guerras colonial e civil, a literatura moçambicana tenta recompôr a memória de sua própria imagem:

A memória é essencial para a construção da identidade de cada um, tanto individual como colectiva. A memória política de Moçambique assenta na macro narrativa gloriosa da luta de libertação. Sendo este em si mesmo um projecto que tem sido alvo de profundas críticas significa pelo menos que a situação de amnésia que é imposta à escala global sobre estas diferenças continua a gerar desconforto. De facto, o passado não é nunca passado, mas a visão do presente sobre esse passado. Mas falar dessas outras narrativas, parte do encontro colonial, significa reconhecer, pelo menos em parte, que andamos envolvidos na procura de outras partes da história, de outras pessoas, factos, instituições silenciados quase que apagados.<sup>2</sup>

Certamente haverá mais disparidades que similitudes entre o campo de concentração de Auschwitz fixado pelo testemunho contundente e asfixiante de Primo Levi em *É isto um homem?*<sup>3</sup>, obra originalmente publicada em 1958, e os campos de reeducação do Niassa, localizados a norte de Moçambique, presentes em *Entre as Memórias Silenciadas*<sup>4</sup> e *Campo de Trânsito*<sup>5</sup>, romances fundamentais para uma compreensão abalizada do processo de construção da nação moçambicana. Todavia,

<sup>2</sup> Maria Paula Meneses, “Nação e narrativas pós-coloniais: interrogações em torno dos processos identitários em Moçambique” in Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves e Livia Apa (org.), *Nação e Narrativa Pós-colonial I. Angola e Moçambique – Ensaíos*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 319.

<sup>3</sup> Primo Levi, *É isto um homem?*, trad. de Luigi Del Re, Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

<sup>4</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *Entre as Memórias Silenciadas*, Maputo, Alcance Editores, 2013.

<sup>5</sup> João Paulo Borges Coelho, *Campo de Trânsito*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007.

como veremos a seguir, é apenas através da ficção e em termos exclusivamente textuais que tal analogia poderá ser estabelecida, pois o que têm em comum é vincado por um árduo processo de desumanização oriundo tanto de um projeto eugenista do nazismo, quanto por políticas malfadadas da Frelimo ao conjecturar o homem novo, no entanto, é importante salientarmos que tais acontecimentos históricos sucederam em tempos e espaços muito distintos.

Através da história circunscrita à literatura podemos constatar que políticas extremistas, cujas narrativas serão implicadas nesse estudo, culminarão em terríveis experiências humanas que levarão, do ponto de vista humanitário, a uma injustificada mortandade. Dessa forma, o relato de *É isto um homem?* terá utilidade apenas como contraponto para demonstrarmos que a práxis da Frente de Libertação de Moçambique, na ânsia de consolidar seu poder e longe de uma preocupação com o bem-estar social de seus cidadãos, aproximou-se muito de um estado de exceção, operando no limiar da indeterminação entre democracia e absolutismo, segundo nos esclarece o pensamento do filósofo italiano Giorgio Agamben<sup>6</sup>.

Apesar de *É isto um homem?* se enquadrar na modalidade de literatura de testemunho, a qual certamente tem sua relevância no debate crítico a respeito de aspectos genológicos, e *Campo de Trânsito* se enveredar pelo universo romanesco moçambicano, há uma espécie de inventário diegético que irmana essas duas narrativas, para além de se constituírem como vozes endógenas de protagonistas em situações distópicas. Assim, desde a captura, o aprisionamento, o traslado dessas personagens para os campos, a substituição do nome próprio por um número impessoal – Mungau sendo o 15.6 e o narrador de Primo Levi o 174.517 – as precárias estruturas de instalação, as adversidades climáticas, as estratégias de sobrevivência, os utensílios improvisados, a fome, a desolação, enfim, uma realidade caótica insuportável é o cenário dessas narrativas.

Ora, nas páginas de ambos os livros podemos perceber a degradação da figura humana, animalizando-se em virtude da escassez moral e material das circunstâncias. Em vista disso, se por um lado Primo Levi relata que “(...) dentro de cinco minutos começa a distribuição do pão (...), do sagrado tijolinho cinzento, que parece gigantesco na mão do

---

<sup>6</sup> Giorgio Agamben, *État d'Exception*. Homo sacer, II, 1, traduit de l'italien par Joël Gayraud, Paris, Éditions du Seuil, 2003, p. 12.

teu vizinho e, na tua, pequeno de fazer chorar”<sup>7</sup>, por outro, Mungau, o protagonista de *Campo de Trânsito*, “mastiga cada dentada até a exaustão, por essa razão e para fazer com que o pão que tem na mão pareça maior do que na realidade é”<sup>8</sup>. Ademais, Gil, importante personagem submetido à reeducação dos campos, em *Entre as Memórias Silenciadas*, faz ecoar uma falta de perspectiva generalizada: “O nosso mundo era feito de necessidades e não de esperanças”<sup>9</sup>.

### O homem novo

É sob o olhar atento de Mungau que o narrador onisciente do romance de João Paulo Borges Coelho faz uma viagem coercitiva da cidade para a profunda floresta e vai descortinando, nas altitudes do Niassa, o *modus operandi* dos três campos: Campo Antigo, Campo de Trânsito e Campo Novo, os quais compõem física e simbolicamente a maior parte do espaço narrado, no qual arbitrariamente os direitos individuais dos prisioneiros se subordinarão inteiramente aos da coletividade para supostamente fazer erigir o homem novo. Assim, nesse inóspito ambiente, uma fuga por melhor que fosse planejada significaria se deparar com ávidas mandíbulas de leões, de hienas e de tantos outros animais que povoam o imaginário dos leitores em se tratando dos estereótipos que emergem das selvas africanas.

Ao contrário do que podemos verificar em Campo de Trânsito, Ungulani Ba Ka Khosa dispensou uma evolução gradual da diegese, descartando a possibilidade de centralizar as peripécias na figura de um suposto herói. Antes, sua opção de estruturação narrativa privilegiou dar voz a muitas personagens e diluir qualquer protagonismo. Para tanto, fragmentou as partes de *Entre as Memórias Silenciadas* e compôs o que Bakhtin teorizara como romance polifônico<sup>10</sup>. Porém, pela força das imagens impactantes, o foco narrativo parece privilegiar a ambiência do campo de reeducação e a tentativa fracassada de formar o homem novo, o que se evidencia através de personagens como Armando, o velho Tomás e Gil.

Todavia, se a literatura moçambicana revela que na prática o homem novo não se confirmou, teoricamente o plano da Frelimo parecia ser ao mesmo tempo ambicioso e inovador, como bem aponta José Luís Cabaço:

<sup>7</sup> Primo Levi, *op. cit.*, p. 37.

<sup>8</sup> João Paulo Borges Coelho, *op. cit.*, p. 21.

<sup>9</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *op. cit.*, p. 59.

<sup>10</sup> Mikhail Bakhtin, *Problemas da poética de Dostoiévski*, Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 13.

A proposta identitária da FRELIMO se consubstanciava no projecto da “criação do homem novo”. O modelo projectado repudiava o “colonial”, o “tradicional” e o “homem novo” de Gilberto Freyre, preconizando a gradual convergência das identidades dos diferentes grupos etno-linguísticos numa realidade “modernizadora”. Pensava-se que a deslocação estrutural criada pela incorporação nas forças guerrilheiras e na organização do movimento nacionalista, com a implícita desestruturação das principais referências tradicionais (ritos, símbolos, relações de parentesco, hierarquia linhageira, etc.), representaria uma ocasião rara para que a multiplicidade de experiências de que os militantes eram portadores se reorganizasse, através da prática e da educação científica, nos valores nacionalistas, nos rituais político-militares, nos símbolos patrióticos, nas relações interpessoais de solidariedade e camaradagem, na hierarquia e na organização que a guerra impunha.<sup>11</sup>

Para além do passado colonial, o que não pode ser desprezado ao seguirmos os rastros da história de Moçambique através das páginas da literatura é que concomitantemente à instauração do projeto do homem novo, a guerra civil moçambicana, iniciada em 1977, arrastou-se longamente até 1992, quando a assinatura do Acordo de Paz entre Frelimo e Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) pôs termo ao conflito. De tal modo, também devemos levar em consideração que, de 1964 a 1974, houve uma sangrenta guerra de libertação contra o colonialismo português. Em suma, podemos depreender que, em linhas gerais, excetuando-se casos isolados e talvez os poetas mais jovens, a literatura moçambicana contemporânea, majoritariamente, não apenas ressentida, mas é atravessada por todos estes traumas de guerras.

Por conseguinte, se a História insiste em ser a versão dos vencedores, malgrado o esforço da *École des Annales*, nas figuras de Lucien Febvre e Marc Bloch, em fins dos anos 1920, ou se inegavelmente “a história é uma ficção controlada”, como proferira certa vez a escritora portuguesa Augustina Bessa-Luís<sup>12</sup>, a literatura pode e deve ter o papel de reavivar a memória e de trazer à tona subjugadas subjetividades:

---

<sup>11</sup> José Luís Cabaço, *Moçambique: Identidades, Colonialismos e Libertação*, Maputo, Marimbique, 2010, p. 284.

<sup>12</sup> Augustina Bessa-Luís, *Adivinhas de Pedro e Inês*, Lisboa, Guimarães Editores, 1983, p. 207.

[...] Amanhã ninguém se lembrará deste macabro gesto de nos atirarem para estes ermos espaços com a finalidade de criarem um homem novo. [...] Não há história para nós. Não há memória. Estes campos irão ser comidos pela floresta. Não restará vestígio do que fomos aqui. A selva apagará a presença humana. Nunca seremos como os outros que legaram, pelo menos, em respeito à memória, dos grandes e pequenos holocaustos, os testemunhos da sua existência. Aqui não. Aqui não haverá registo, não haverá testemunhas. Este tempo será de sonho, de ficção.<sup>13</sup>

Podemos constatar pelo fragmento acima que é através da escrita do próprio Ungulani Ba Ka Khosa que a analogia do homem novo com os chamados “muçulmanos” de Primo Levi pode ser articulada, sendo estes últimos, mesmo desprovidos de quaisquer forças vitais para superar a morte nos campos de extermínio, segundo Khosa, seres mais dignos que os moçambicanos, pois serão contemplados pelos registros testemunhais da história. No entanto, sabemos com Agamben que “as ‘verdadeiras testemunhas’, as ‘testemunhas integrais’ são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo”<sup>14</sup>. Por conseguinte, o escritor moçambicano aponta o artifício linguístico utilizado para camuflar as centenas de óbitos:

Quantos eram afinal, os reeducandos? Ninguém, ao certo, podia aferir. Os mortos não podiam ser anotados, porque oficialmente não morriam, estavam em reeducação: eram os futuros homens novos. Mas, na verdade, morriam centenas e centenas de pessoas. Não havia semana que não se anunciasse mais um corpo para o milheiral.<sup>15</sup>

A plantação de milho como elemento ao mesmo tempo real e simbólico na narrativa de *Entre as Memórias Silenciadas* é de vital importância como complexa metáfora da nação e seu destino, pois os cadáveres que sucumbiam ante a ferocidade dos campos eram enterrados próximos ao local de trânsito dos reeducandos para fertilizar o solo e, posteriormente, transmutados em milho, serem comidos pelos prisioneiros. Diante disso, temos a concepção do imaginário de um país que passa fome, mas que segue determinado pelo caminho do militarismo. No entanto, é no

<sup>13</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *op. cit.*, p. 122.

<sup>14</sup> Giorgio Agamben, *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha. Homo Sacer, III*, Trad. Selvino J. Assmann, São Paulo, Boitempo, 2008, p. 43.

<sup>15</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *op. cit.*, p. 86.

mínimo paradoxal querer que um novo país se desenvolva através do esforço de indivíduos considerados espúrios pela sociedade como, no caso, era o perfil dos prisioneiros dos campos. Por conseguinte, parece haver nos dois romances, sobretudo pelo caráter elíptico do desfecho, um desejo de renascimento de algo que precisa ruir para poder florescer sem máculas, tal qual o mito de fênix, cujas cinzas são a ambígua matéria a adubar a vida e a morte.

### **Samora Machel e as (des)medidas políticas**

Eduardo Mondlane foi o primeiro presidente da Frelimo, morto em 1969, por razões até hoje pouco esclarecidas. É frequentemente retratado como símbolo de idoneidade, mentor da unidade nacional, líder nacionalista e intelectual. Como outros líderes nacionalistas revolucionários da África, teve a oportunidade de realizar seus estudos fora de seu país. Exerceu o cargo de professor, de funcionário da ONU e, o principal em sua carreira político-partidária, uniu diante de tantas dissidências as forças que compuseram a base para a constituição da Frente de Libertação de Moçambique. Após a morte de Mondlane, Samora Machel o substituiu no comando do partido e, como por ventura sucede às emblemáticas figuras que encarnam a liderança das emergentes nações, foi motivo de paradoxais epítetos: “revolucionário africano”, “demagogo”, “homem de grande coragem e determinação”, “ignorante”, “pai da nação”, “arrogante”, “vibrante símbolo de liberdade na África”. Enfim, sentimentos contraditórios pautaram a relação de Machel com a emergente nação moçambicana, mas não tardou para que ele impusesse as suas regras:

Apesar das medidas nacionalizantes e centralizadoras de poder, uma posição marxista-leninista só foi adotada em 1977, ano em que foi realizado o III Congresso do Partido. A partir desse momento, a Frelimo endureceu ainda mais seu controle sobre o país, restringindo as possibilidades de candidatura das pessoas a membro do partido. Além disso, elementos da sociedade tidos como representativos do período colonial também não podia se candidatar às eleições; obviamente, estes seriam os expoentes da oposição que enfrentaria o governo através da guerra civil.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Paulo Fagundes Visentini, *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*, São Paulo, Editora Unesp, 2012, p. 113.

Diante de tal situação, não tardaram as violações dos direitos políticos e a consequente perseguição dos críticos dessa estrutura. Assim, propalavam-se falsas acusações de um sistema judiciário que não funcionava e que desestabilizava o país gerando insegurança nos indivíduos, ou seja, o quadro esboçado nada mais era que um panorama muito similar a de nações submetidas a regimes ditatoriais. Ora, para a Frelimo nesse momento houve a necessidade de criação da sua própria lei com o intuito de ocultar o verdadeiro estado de exceção, aos moldes de Agamben<sup>17</sup>, com o qual, naquela altura, a população moçambicana teve que se defrontar. Com efeito, não é ao acaso que há um *delay* de quase duas décadas para o surgimento de uma literatura que pudesse esgravatar esse movediço terreno.

Contudo, é inegável a tenacidade de Samora Machel em afinar seu discurso em direção às populações que mais o ajudariam a se estabelecer no poder:

A singularidade do perfil biográfico de Machel está em que, diferentemente da maioria dos nacionalistas africanos das décadas de 1960 e 1970, os quais tiveram suas trajetórias marcadas pelo sistema educativo colonial e pelas peregrinações para as metrópoles, Machel teve a sua vida marcada pela vivência no campo. Entre as razões do sucesso e eficácia dos discursos, além de terem sido proferidos num momento de euforia coletiva em que os moçambicanos ascendiam à independência, inclui-se o fato de ter usado como argumento de legitimidade a sua pouca escolarização, o que passou a ser apropriado como fator de identidade comum aos milhares de moçambicanos que eram (e ainda são) analfabetos.<sup>18</sup>

Tendo o palanque como palco e legitimado pela plateia formada por pessoas que sempre foram muito afeitas à oralidade, os discursos de Samora Machel pareciam profetizar um brilhante futuro para os países do bloco socialista, principalmente os da África que, à época, ainda não sentiam os efeitos colaterais que começavam a encetar uma espécie de implosão socialista em plena Guerra Fria. Eis que o governo começa a pôr em prática de forma ostensiva as suas medidas políticas:

<sup>17</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *op. cit.*, p. 45.

<sup>18</sup> Cristiano Matsinhe, “Biografias e heróis no imaginário nacionalista moçambicano” in Peter Fry (org.), *Moçambique. Ensaios*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2001, p. 214.

Para erradicar a herança colonial, uma das principais medidas adotadas pela Frelimo foi a reestruturação do modo de vida tradicional das comunidades rurais, vista como um dos mecanismos utilizados pelos portugueses para exercer sua dominação sobre o território. Isso também era parte do plano de modernização de Moçambique, que buscava reformar o direito costumeiro – aplicado no interior do país – e garantir o acesso da população a serviços de saúde e educação. No entanto, essas medidas se mostrariam controversas nos anos posteriores, pois a estratégia abrangente da Frelimo ignorou o fato de que a organização tradicional da sociedade já existia previamente à colonização Portuguesa.<sup>19</sup>

De modo geral, lucidamente Joseph Ki-Zerbo, político e historiador de Burkina Faso, concede-nos uma explicação plausível para compreendermos as práticas abusivas de quem detém o poder no meio político da África:

O verdadeiro problema consiste na maneira de conceber o político na África. O período colonial não foi uma boa preparação para a democracia. O regime colonial era paternalista e autoritário, ou mesmo totalitário. Enquanto as pessoas se consideravam como súditas e obedeciam, os colonizadores mantinham a antiga organização dos chefes e dos reinos africanos, servindo-se dessas estruturas para implantar o seu próprio poder. E todos aqueles que gravitavam em torno do poder colonial – intérpretes, guardas, funcionários subalternos africanos – tinham aprendido a comportar-se, não como representantes democraticamente eleitos, mas como homens do poder.<sup>20</sup>

Dotado de uma postura radical, em nenhum momento o governo moçambicano quis negociar uma gradativa transformação social, na qual os novos paradigmas pudessem se alinhar às antigas práticas culturais. Assim, segundo Torp<sup>21</sup>, há três aspectos importantes na abordagem militar operada pela Frelimo que parecem ter comprometido o futuro e a eficácia de tais manobras políticas. Em primeira instância, forçar

<sup>19</sup> Paulo Fagundes Visentini, *op. cit.*, p. 112.

<sup>20</sup> Joseph Ki-Zerbo, *Para quando a África? Entrevista com René Holenstein*, Rio de Janeiro, Pallas, 2006, p. 61.

<sup>21</sup> Jens Torp, *Mozambique: politics, economics and society*, London, Frances Pinter, 1989, p. 26.

os camponeses a morar em aldeias comunitárias não foi um gesto prudente, pois num país multiétnico, enraizado por tradições milenares cuja maioria das experiências ligadas a terra e ao seu cultivo tangem o sagrado, o deslocamento involuntário imposto pelo representante da nação, evidentemente, não poderia ser simples como o movimentar de peças num jogo de tabuleiro.

Em segundo lugar, pessoas sem trabalho apropriado eram expulsas das grandes cidades e frequentemente levadas para lugares longínquos, isto é, indivíduos acostumados ao meio urbano, abruptamente trasladados pelo férreo braço do governo, encontravam-se repelidos de seus locais de pertencimento para engrossar as hostes da chamada Operação Produção. Por último, o alistamento obrigatório dos homens no exército, o qual fora realizado de modo equívoco e aleatório também foi motivo de muito descontentamento. Diante disso, Ungulani Ba Ka Khosa nos ajuda a lançar luz sobre o debate:

A desolação, o desencanto e o silêncio imperante nas pessoas prendia-se às crescentes e impunes iniquidades dos camaradas, nas ordens e execuções sem paralelo na história dos jovens e velhos da nação nascente. E o pior, de facto, que lhes aconteceu nos últimos tempos foi a Operação Produção. Foi uma operação maiúscula. Em ordens acertadas e desacertadas, militares, polícias, paramilitares, milícias e outros voluntários, puseram-se ruidosamente nas ruas, prendendo gente jovem e adulta, bastando para o mando a não apresentação de um documento identificativo de ocupação em fábrica ou cooperativa em falência, um arrelio com as autoridades políticas dos bairros residenciais, uma desavença sem valor disciplinar com o superior hierárquico, um adúltero a querer-se livre do cônjuge, uma prostituta da noite, os bêbados incorrigíveis, os drogados, enfim, os que em classificação não criteriosa eram chamados de ociosos da sociedade. Esses teriam que ir produzir na província mais desabitada e rica do país. Era o Niassa que já albergava os reeducandos e que agora se prestava a receber novos inquilinos.<sup>22</sup>

Em *Campo de Trânsito*, João Paulo Borges Coelho esboça através do Chefe da Aldeia o modelo de personagem atávico, já de avançada

<sup>22</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *op. cit.*, p. 116.

idade, mas zeloso de sua ancestralidade, incrédulo em relação ao futuro e incorruptível com as questões relativas às tradições seculares de seu povo. Dessa forma, em diálogo com Mungau, protagonista do romance, o velho nos dá pistas para compreendermos através da ficção o autoritarismo no manejo geográfico das populações:

“A miséria em que vivemos é recente”, diz. “Data da altura em que tivemos de mudar a Aldeia para este local. As autoridades diziam que aqui havia mais água, que a terra era mais fértil. Mas a verdadeira intenção que tinham era instalar prisioneiros no local onde antes vivíamos. Tirar-nos de lá para criar o Campo Antigo. Tirar-nos de perto da floresta onde enterrávamos os nossos mortos, onde o Chefe Original viveu com as suas nove mulheres, os seus torreões e os seus animais alados!”<sup>23</sup>

Na diegese de *Entre as Memórias Silenciadas*, a personagem do velho Tomás, cujo modo de se expressar é fundamentalmente estabelecido por aforismos e provérbios da oralidade africana, causa de imediato um efeito de estranheza e hermetismo nos leitores. Será ele a deter, no campo de reeducação, o maior apego às antigas tradições religiosas, sendo esse o seu grande “pecado” frente às autoridades da Frelimo para ter se tornado prisioneiro.

Por ser idoso, foi descartado do serviço diário comum aos outros reeducandos, o que o diferencia dos demais indivíduos em processo de reeducação. Dessa forma, cumpre com extremo rigor o ofício que se autopropôs de pintar as cruzes dos mortos que sucumbiam diante das selvagens condições dos campos. Ora, o velho Tomás estava plenamente ciente de sua condição: “Ao clamar pelos deuses, fui irradiado do convívio dos heróis. Dizem-me tribalista, reacionário, retrógrado”<sup>24</sup>. De resto, ao propor o homem novo no contexto entusiasmado da independência e tentar sufocar toda mítica africana que regia a vida e, talvez, mais ainda, a morte, a estrutura marxista-leninista imposta aos moçambicanos pelo governo de cariz socialista se erigia com evidentes fissuras, as quais fatalmente seriam a causa, dentre outras, do desabamento estatal num futuro próximo:

[...] A morte não era uma despedida. A ninguém era permitido saudá-la (no campo de reeducação) com as orações e os silêncios do sul, os cânticos e as bebedeiras

<sup>23</sup> João Paulo Borges Coelho, *op. cit.*, p. 117.

<sup>24</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *op. cit.*, p. 151.

em memória do morto, como é prática em certas zonas do norte do país, ou o sigiloso ritual fúnebre, a par do apressado adeus ao morto, em diferentes zonas do centro do país, ficamos órfãos das nossas liturgias, dos nossos ritos funerários, do nosso apego à ancestralidade, das nossas preces, dos nossos santuários, dos nossos espíritos protectores.<sup>25</sup>

### Considerações finais

Todorov<sup>26</sup> afirma que a memória não se opõe ao esquecimento, os dois termos contrastantes são, no caso, o apagamento e a conservação, pois a memória é sempre e necessariamente uma interação entre esses dois termos. Dessa maneira, a memória se iguala à história em seu modo de seleção do passado como construção intelectual e não como um fluxo exterior ao pensamento. Nesse sentido, Ana Mafalda Leite nos ajuda a concluir o tema:

Não se trata de abordar o documental como ficção, mas da necessidade de estratégias desenvolvidas no campo da literatura para reinventar o passado. Se a historiografia não permite, a maioria das vezes, a abordagem das narrativas marginais, das vivências esquecidas, e das emoções que com elas foram experienciadas, a literatura pode ser campo para a invenção de diversas formas de narrativa, em que a pesquisa histórica e antropológica repõe acontecimentos e eventos singulares, envolvidos no desconhecimento, ou caídos no esquecimento.<sup>27</sup>

Se por um lado, em entrevista concedida a Michel Laban<sup>28</sup>, Ungulani Ba Ka Khosa relata que exerceu atividade docente nos campos de reeducação do Niassa e que, naquela altura, pelo fato de ter testemunhado as atrocidades para a instituição do homem novo em seu país, percebeu a necessidade de se valer da literatura para poder expressar

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 157.

<sup>26</sup> Tzvetan Todorov, *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa, 1995, p. 14.

<sup>27</sup> Ana Mafalda Leite, “Reescrever os limiares da História para repensar a nação” in Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves e Livia Apa (org.), *Nação e Narrativa Pós-colonial I. Angola e Moçambique – Ensaio*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 109.

<sup>28</sup> Michel Laban, *Moçambique: Encontro com Escritores*, vol. III, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1998, p. 1052.

sua indignação, por outro, João Paulo Borges Coelho é um conceituado professor de História Contemporânea de Moçambique e da África Austral na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Portanto, esses dois “escritores-historiadores”, munidos de conhecimentos históricos notáveis, através da literatura parecem forçar a autocritica da Frelimo em relação a esses primeiros anos de gestão no pós-independência e, dessa forma, promover uma ruptura do silenciamento em torno de experiências outrora traumáticas. No entanto, uma vez que muitos políticos dessa época ainda hoje deambulam nas malhas do poder e da política moçambicana, podemos considerar que a atitude de ambos os autores é um tanto quanto corajosa e imprescindível.

Enfim, os romances moçambicanos por nós analisados podem configurar um material de extremo valor para a promoção da alteridade em dias nos quais a preocupação em consolidar o individualismo e construir muros é cada vez mais exacerbada. Com efeito, o desfecho elíptico das narrativas nas quais o fim parece encetar o princípio é muito significativo. Resta-nos saber se esse reinício brotará em campo fertilizado com as experiências que apontam para a legitimidade da democracia e a valorização da espessura humana ou se “a nossa vida, a vida de centenas e centenas de pessoas, caberá, quando muito, em duas ou três frases, no corpo mais diminuto dos caracteres da língua escrita da nossa memória”<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Ungulani Ba Ka Khosa, *op. cit.*, p. 162.